

A possível mudança do centro dinâmico do capitalismo: A contribuição dos BRICS e os limites do Hemisfério Sul

The possible change of dynamic core of capitalism: The BRICS Contribution and the Limits of South Hemisphere

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE | alexandrehage@hotmail.com

Professor da graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Universal 14/2013 do CNPQ.

Recebimento do artigo Maio de 2015 | **Aceite** Julho de 2015

Resumo Nossa intenção neste ensaio é analisar quais são os itens que promovem a elevação de um Estado em grande potência e sua relação com as mudanças do sistema internacional, transformando-o conforme o programa político e econômico que o centro hegemônico tem para outros Estados. De outro modo, também é nosso objetivo compreender se o grupo de Estados denominados BRICS tem possibilidades de mudar, ainda que parcialmente, o centro dinâmico do sistema, da economia, por causa da crise internacional que prejudicou os Estados industrializados. Por fim, considerando tal possibilidade, devemos saber quais instrumentos podem contribuir para a transformação sistêmica ao procurar contrabalançar a tradicional preeminência do Hemisfério Norte. **Palavras-Chave** Sistema Internacional, Economia Internacional, Relação Norte-Sul, Tecnologia.

Abstract This paper would like to analyze what itens are importants to become a determined state in great power and its relations with international system. The new great power changes the system conform the political and economy program that new hegemonic core has to all states. In the other order the goal of this pape is also analyze if the states named BRICS have possibily to change the economy dynamic core, mainly by economic international crises stinging to the developed states. To finish this work would like to consider what iten may change the system, traditional constituted by great powers. **Keywords** International System, International Economy, North-South Relations, Technology.

Introdução

A crise econômica que se intensificou a partir de setembro de 2008 permite algumas interpretações, entre elas, a de que os centros mundiais de poder, os Estados industrializados, estariam perdendo relativamente capacidade de sustentar o alto nível de suas economias em virtude dos crescentes custos provocados há oito anos pela falência de bancos, instituições que estendiam tanto seus interesses quanto aqueles conjugados com o poder político (relações entre grandes corporações e Estado) em todo o sistema internacional¹.

O papel representado pelas grandes potências nos negócios mundiais apresenta vários significados. Há quem pense se tratar de manifestação imperialista, que imprime preeminência política, econômica e militar de Washington e aliados sobre Estados periféricos, fato que ocorreu recentemente no Iraque, Afeganistão e Líbia. Deste modo, a crise econômica que ainda perdura, apesar dos esforços de superação, acarretaria mais prejuízos aos Estados Unidos, entre outras coisas, por causa de seus vultosos gastos militares.

O imperialismo, interpretado como expansão bélica, contando apenas com a política do poder, costuma cobrar imenso custo econômico que, para Paul Kennedy, tornar-se cada vez mais de cunho militar à medida que a grande potência do momento perde capacidade de estender influência sobre as áreas “agregadas”. A escalada militar nas zonas periféricas do sistema internacional ocorre em virtude da falta de renovação econômica e tecnológica suficiente que permite constituir projetos que abarcam interesses universais. Grandes gastos militares, e correlatos, significam perda de espaço econômico, comercial e cultural para o emprego de forças armadas no além-mar (KENNEDY, 1989).

A medida que ocorrem desgastes na capacidade econômica e produtiva da grande potência mais despesas são feitas na manutenção militar nas áreas internacionais de operação. O resultado da ocupação *manu militari* pode ser o aumento da inflação, déficit público e perda de liderança tecnológica sobre produtos empregados primeiramente na sociedade civil. Mais uma vez Kennedy observa que o problema em questão pode abrir campo para ascensão de outras potências que concorrem na coordenação do sistema internacional.

Por vez, há quem imagine ser necessária a existência de um centro *interestatal* de poder, termo de preferência de Raymond Aron (1986), para imprimir a paz e o equilíbrio mundial. A partir desse princípio a potência reguladora imprimiria uma *pax mundi* válida para todos os Estados. Nesta interpretação, depois de 1945, coube aos Estados Unidos instituir políticas liberais para que o sistema fosse equilibrado, conforme a crença de Henry Kissinger. Aquela foi a missão de Washington por causa de seu tradicional apego a valores universais que coadunariam com a paz. Trata-se de tarefa que não seria imperialista, mas sim baseada no idealismo dos pais fundadores da América (KISSINGER, 2007).

Ao procurar integrar neste debate há também quem observe ser parte dinâmica da política internacional uma espécie de “dança das cadeiras” em que a primazia do principal ocupante sofre mudança em virtude de crises inerentes ao próprio sistema, saído de suas contradições. Seriam contradições do departamento econômico do sistema, vale dizer, do capitalismo, que contamina outras áreas e acarreta danos aos trabalhadores e em parte aos empreendedores. Giovanni Arrighi (1996) e Peter Gowan (2003) comungam com o prisma segundo o qual haveria mudanças político-econômicas por fadiga do sistema.

Com o possível outono dos Estados Unidos, e aliados, para administrar a contento o sistema de Estados emergem disputas entre concorrentes para a ocupação da liderança. Unidos possivelmente de

1 Embora o conceito seja lato nossa compreensão de sistema internacional não é diferente da trabalhada por Raymond Aron, a saber, um arranjo de Estados cujo centro diretor é ocupado por uma grande potência ou um conjunto delas que formam aquilo que o autor denomina uma oligarquia. Na preeminência do sistema (Aron usa esse termo como alternativo a hegemonia) as potências diretoras apontam no sistema seus interesses e particularidades, às vezes universalizando-os por meio de organizações internacionais. Neste ponto, o modelo econômico, político e energético seria a expressão das potências do momento (ARON, 1986).

instrumentos mais modernos e dinamismo econômico os desafiadores tiram proveito dos problemas que podem enfraquecer o líder para depois desalojá-lo. Como Kennedy observara nos anos 1980 o candidato mais provável à cabeça do sistema, ainda que de forma limitada, foi o Japão, cuja economia parecia ser imune a crises. Com a perda de fôlego de Tóquio durante os anos 1990 outros atores passaram a ser fortes candidatos para dividir a preeminência norte-americana ou até superá-la.

A República Popular da China tem sido a candidata da vez desde o início do século XXI. As dificuldades econômicas que os Estados Unidos vêm passando com sua escalada militar onerosa e sua falta de programa político realmente universal, para manter aliados e atrair divergentes, fazem com que Washington alimente opinião de que sua posição de liderança estaria em decadência. No entanto, a questão parece se aprofundar uma vez que não há consenso se a China terá condições para substituir os Estados Unidos no longo prazo. Por conseguinte, deve-se reparar também se a liderança do centro dinâmico da economia política mundial caberia a um Estado ou a um diretório.

Com efeito, se a mudança do centro dinâmico do sistema se assentar não em um Estado apenas, mas em um grupo deles, poderá ser isso então a denominação dos BRICS? Conjunto formado pelos maiores Estados do Hemisfério Sul (com exceção da Rússia), donos de razoável suporte econômico e tecnológico, Brasil, Rússia, China, Índia e República Sul Africana terão condições de alterar o andamento pós-crise do sistema internacional no que tange à economia, tradicionalmente alocado no Hemisfério Norte²?

Apenas para citar um tema caro nas relações entre os Estados industrializados e os do Hemisfério Sul, petróleo e gás natural, houve tentativa nos anos 1970 de contestar a preeminência político-econômica do Hemisfério Norte. Mas neste propósito foi malograda a iniciativa da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a partir da capacidade de regeneração que as grandes potências tiveram para neutralizar a iniciativa contestadora. O ditado de uso político, segundo o qual quem domina a energia domina o mundo, ganhou credibilidade intelectual na crise de 1973 para se desmanchar nos anos 1980.

Se assim foi com o petróleo do Oriente Médio por que seria diferente com outros insumos energéticos? Em outras palavras, haveria melhor sorte para os participantes dos BRICS³ (sem Rússia) na valorização de combustíveis renováveis, do etanol? Caso seja assim, como se dará e por quais vetores haverá ascensão desses produtos no sistema internacional⁴?

Não que os insumos renováveis sejam itens suficientes para fazer com que os Estados que os produzem operem transformações no sistema no que tange à politização da energia. A questão da circulação de potências é mais complexa do que isso. Nosso intuito é tão-somente averiguar se os Estados que possuem tecnologia em setor tão importante não poderiam constituir um tipo de diretório com objetivo de fazer com que alguns Estados do Hemisfério Sul possam exercer influência internacional com *energia verde*.

Por este meio, Brasil, China, Índia e África do Sul poderiam conjugar esforços para fazer com que houvesse alteração do sistema internacional, que não se baseasse amplamente no poder político, mas sim em algo de caráter “virtuoso” na medida em que despressurizasse a política internacional, em seu conflito Norte e Sul, por combustíveis fósseis (HAGE, 2005).

Durante os anos 1970, por causa da crise de abastecimento, houve debate em que apontava para a existência da relativização de poder das grandes potências justamente por causa da dependência energética que elas possuíam. Procurava-se concluir que aqueles Estados seriam vulneráveis a pressões da OPEP, o que coadunava com a visão de que haveria interdependência entre os dois campos,

2 Concebemos Hemisfério Norte e Sul como substantivo a Estados industrializados e periféricos. Embora possa haver alguma imprecisão, pensamos o termo na clivagem Norte e Sul que tanto espaço recebeu nos debates internacionais.

3 Usamos BRICS como coordenação de esforços comuns com o objetivo de reformar o sistema internacional. O sítio eletrônico da Chancelaria brasileira percebe os BRICS como instrumento de mudança de postura de organizações internacionais que tradicionalmente são vistas pelos países periféricos como influenciadas pelas grandes potências, caso do Fundo Monetário Internacional (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES).

4 A literatura sobre o setor energético internacional, hidrocarbonetos e combustíveis renováveis, é bastante amplo e permite variadas interpretações. Por isso, frisamos que seu uso neste ensaio é complementar para firmar nosso raciocínio sobre a possível mudança do sistema pelos BRICS; não tem intenção de maturar o assunto.

tanto para o progresso quanto para a crise.

Com o passar do tempo se verificou que se havia intenção dos Estados produtores de petróleo para politizar o insumo e usá-lo como meio de reivindicação ela não logrou como se esperava. As potências consumidoras de óleo montaram meios de resistir a choques que viriam após 1973 e 1979 por intermédio de arranjos militares, comerciais e logísticos. Será que os combustíveis renováveis teriam sorte melhor para mudar o sistema?

Talvez o etanol tenha outro destino. Por ser um bem geograficamente não concentrado e renovável o emprego dele em várias partes do mundo se daria de forma menos dramática politicamente, sem o tradicional apelo que envolve posturas nacionalistas como há no petróleo. Ao procurar atrair grande parte dos BRICS e outros Estados em condições ambientais propícias, caso da África, a possibilidade de haver novo arranjo internacional pode ser relevante com investigações sobre quais seriam os melhores vetores.

Por fim, estes são os tópicos que gostaríamos de apresentar neste ensaio: a conformação histórica do sistema internacional pelas grandes potências, as mudanças do sistema por meio de Estados contestadores que militam para desalojar as potências do momento. E, no caso específico, como os membros BRICS podem transformar o tradicional arranjo interestatal por meio de instrumentos que não se limitam somente à política do poder.

O ensaio está dividido em três partes. A primeira é dedicada para se observar, conceitualmente, o que é o centro dinâmico do capitalismo e hegemonia por meio de alguns clássicos do pensamento político. A segunda parte é para compreender as leis que impulsionam a movimentação do sistema internacional, bem como sua alteração pela história. A terceira parte é para se entender até que ponto teriam os Estados do BRICS, com colaboração específica do Brasil, para a mudança do centro dinâmico do capitalismo.

Centro Dinâmico e Hegemonia

Pensar a ascensão e decadência das grandes potências é algo registrado em longa data no debate político internacional. Por isso, conceber mudanças no ordenamento internacional é aceitar, de algum modo, a premissa de que os Estados guardam analogia com seres orgânicos, que lutam para dominar e aproveitar recursos necessários à sobrevivência e manter, se possível, o status a eles favorável e o prestígio no âmbito da política⁵.

Donos de poderes variados os Estados, sob o prisma da geopolítica clássica, seriam unidades que disputam entre si recursos escassos. Os mais bem preparados nesta arena ganham a prerrogativa de comandar o sistema; já os menos adaptados e secundários devem ocupar nichos inferiores no qual recebem o nome *potências médias* ou *Estados débeis* que gravitam, em grande parte, em torno do primeiro grupo. Ao circularem em volta do primeiro grupo as unidades podem ter duas intenções: conformarem-se em virtude de certas comodidades ou contestar o centro hegemônico (HASLAM, 2006).

Neste ponto, a compreensão de Kenneth Waltz, embora particular, não é oposta em essência a de Aron na medida em que ambos acreditam que há hierarquia entre os Estados. No pensamento do francês isso se chama *oligopolização*, para o professor norte-americano o termo é *estruturação* do mundo que, mesmo que seja rígido, não consegue impedir irresolutamente que os Estados possam subir de escala na estrutura por meio de políticas nacionais ou combinadas, militares, econômicas, tecnológicas etc (WALTZ, 2002).

Por outro lado, aceitar regras em comum não significa, obrigatoriamente, abandonar o poder político ou deixar a intenção de ser potência reconhecida. Em várias ocasiões a admissão de tratados

5 Trata-se de investigação que Haslam faz sob inspiração do darwinismo em que alia biologia com política internacional. Ao ter o sistema internacional em analogia com o mundo das espécies Haslam também dialoga com Ratzel (1880), precursor da geopolítica que iniciou a imagem dos Estados a seres orgânicos que lutam pela vida.

internacionais funciona como válvula que ajuda a extravasar a tensão que emerge na política internacional. Esse fenômeno ocorre quando as próprias potências colaboram para o acato de normas que passam a ser denominadas *regimes internacionais* e ganham dimensão em instituições formais e blocos regionais (HURRELL, 1995).

Por conseguinte, quando referendados os regimes internacionais podem ser considerados elementos do interesse nacional de determinados Estados na medida em que promovem o desenvolvimento de algum setor econômico, político e cultural no além-mar (FERREIRA, 1988). Por exemplo, a aceitação do livre-comércio global ou o respeito à propriedade intelectual certamente não deixa de ser visto como de interesse nacional dos Estados Unidos ou da China na atualidade, duas potências comerciais e científicas que, cada uma à sua maneira, compreende o sistema como meio de expansão nacional.

Sob algum tipo de ordenamento político ocorrem transferências da cadência econômica e tecnológica de regiões e de Estados para outras em processo de ascensão. Há como dizer que quando o comando econômico e tecnológico migra da parte consolidada para a nova é porque ocorrem também alterações no sistema internacional. Isto acontece porque cada potência, só ou em parcerias estratégicas, costuma conformar novas regras e normas que tendem a ser de caráter universal na medida em que tocam quase todos os Estados⁶.

Vilfredo Pareto, de modo peculiar, frisa que a história seria um cemitério de aristocracias. De forma direta, haveria uma *circulação de elites*, de grupos políticos que conflitam por posições de destaque na esfera do poder político (PARETO, 1984). A construção mental do sociólogo italiano permite-nos imaginar que se a história é uma sucessão de elites, ou de aristocracias, então pode-se conceber, em analogia, que a própria história é uma sucessão de hegemonias; de Estados preeminentes que imprimem um padrão político.

No moderno cemitério da história talvez o Estado mais celebrizado no exercício da hegemonia, que mais se aproximou do quadro refletido por Antonio Gramsci, tenha sido a Grã-Bretanha durante o século XIX⁷. Ao pautar sua hegemonia sob a combinação de livre-mercado, diplomacia maleável e poder militar, os britânicos procuraram expressar cultura que fosse compreendida como fosse de interesse global, os valores liberais que resultaram no fim da escravidão em boa parte do mundo e a emergência da liberdade intelectual.

Para Karl Polanyi a hegemonia britânica, iniciada pelo Tratado de Viena de 1815, foi o início para a conformação de uma civilização, cujos agentes se espalharam por todo o mundo, ligando os Estados em uma estrutura que possuía como ponto estabilizador um conjunto que o autor chama *pax britannica*. Fator de estabilização sobre o qual a Grã-Bretanha sustentava sua hegemonia no campo do mercado auto-regulável, um dos pilares de seu poder. Foi o fim desse delicado arranjo, de *haute finance*, que contribuiu enormemente para o aparecimento da Primeira Guerra Mundial, visto que se esgotava a mensagem virtuosa que Londres construirá para ir além das armas (POLANIY, 2000).

O advento de novos valores políticos, sociais e econômicos que vieram na esteira do grande conflito possibilitou o amadurecimento de pensamentos que já se apresentavam no começo do século XX, citemos o fascismo e o protecionismo, correntes antiliberais que tiveram núcleos criadores fora da área cultural britânica. Eis por exemplo a Ação Francesa *protofascista* e do próprio regime radical que aparecera na Itália nos anos 1920.

6 Esta passagem pode ser tautológica, não obstante seja conveniente sublinhá-la. Pode parecer incoerente a premissa de que uma grande potência ascende em companhia de uma parceira estratégica, ainda mais sob o prisma do egoísmo natural da política. Porém, isso pode ser compreendido se mostrarmos a elevação dos Estados Unidos durante a Guerra Fria e sua relação com a Grã-Bretanha que, apesar do enorme desgaste dado pela Segunda Guerra ainda demonstrava posição de poder mundial. É verdade que a parceria deve ser desigual entre os atores, mesmo assim não deixou de ser vantajosa. No caso britânico a cooperação foi útil para manter a City como locus privilegiado das finanças internacionais (GOWAN, 2003).

7 Talvez seja desnecessário dizê-lo, mas em virtude da maleabilidade do conceito pensamos hegemonia como encontrada em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1968) em que Gramsci a relaciona com política internacional.

De fato, a questão é saber se não houve empenho da Alemanha nazista procurando encabeçar a construção de outro sistema internacional que fosse alternativo ao liberal britânico. No livro de Carr há motivos para se pensar se Berlim não tencionava se transformar no centro dinâmico de novo sistema internacional que fosse mais afeito às condições político-econômicas de Estados que não fossem afeitos da antiga ordem. No começo isso seria para Bulgária, Romênia, Portugal, Espanha e demais unidades que passaram a não combinar com a ideologia da divisão internacional do trabalho (CARR, 1981)⁸.

Por isso, a proveitosa aproximação entre Berlim e o Rio de Janeiro durante o primeiro governo Vargas com o fito de compensar economicamente o Brasil por ter se aproximado do *Reich*. Os dois governos tinham a ideia de promover políticas antiliberais de “mercado administrado”, grosso modo, sair da zona de controle monetária da libra esterlina e transacionar mercadorias por meio de permuta. Em época de escassez de artigos tropicais em virtude de conflitos com o Império Britânico a Alemanha necessitava de produtos brasileiros e, em contrapartida, o Brasil queria tecnologia em siderurgia (MOURA, 1980).

É ponto pacífico que cada potência exerce hegemonia considerando seus valores e visões de mundo. No caso dos Estados Unidos não haveria a reprodução dos ideários britânicos de sua *belle époque*, embora alguns traços daquele período devessem ser conservados. Portanto, não somente seria transformado o antigo sistema e com ele as premissas do “livre-cambismo”. Washington deveria industrializar políticas que também contemplassem os interesses dos Estados derrotados no segundo conflito, aproveitando medidas que fossem ao encontro da Alemanha, Itália, Roma e demais unidades vulneráveis.

Exercer hegemonia seria também pensar na reconstrução econômica e política dos Estados derrotados que passaram a integrar, em toda a plenitude, o novo sistema e respeitar regras cuja criação fora feita, à revelia deles, por força militar dos Aliados ocidentais. Haveria o sentimento de que Estados Unidos e Reino Unido, antes de tudo, estavam fazendo a coisa certa. O Plano Marshal e as instituições de Bretton Woods são um exemplo do empenho para se criar novo processo hegemônico com liderança norte-americana.

De certa forma, a ação política norte-americana possibilitou o uso de conceito criado anos depois, de *estabilidade hegemônica*, para frisar a ideia de que o mundo poderia caminhar para melhor se o poder americano fosse utilizado para que se respeitassem regimes internacionais, do comércio exterior, dos direitos humanos e da energia nuclear (RUGGIE, 1995). O que se pode extrair disso a existência de uma *pax americana* até 1990.

Para um determinado grupo de estudiosos há dúvidas se efetivamente se concretizou a experiência norte-americana de hegemonia ao se observar o real significado que o conceito tem – baseada na legitimidade da grande potência e no consenso dado por um tipo de comunidade internacional. Pode ter havido momentos ou aproximações de hegemonia, mas eles se estariam em nível inferior àquela começada em 1815. Arrighi, por exemplo, integra-se aos que duvidam de ter havido real hegemonia por parte dos Estados Unidos, notadamente em virtude de sua postura ligada ao excesso de amor-próprio que resultou, entre outras coisas, no desprezo ao padrão ouro em 1971 (ARRIGHI, 1996).

Em todo caso, é lícito observar que os Estados Unidos exercem papel protagonista na política internacional desde 1945. Por meio da fundação das Nações Unidas, e demais organizações, de concentração militar na Europa Ocidental, Leste e Sul da Ásia, vale dizer, de ajudar a sistematizar aquilo que passou a ser chamada Guerra Fria. Em decorrência disso houve oportunidade de examinar se o advento da globalização não seria, de algum modo, a maximização política e econômica do poder americano para que se efetivasse um sistema internacional que refletisse o status dessa grande potência.

8 Leitura heterodoxa sobre regime fascista, corporativismo, na Romênia e Portugal como plataforma para o protecionismo contra o bloco anglo-americano, é encontrada em Joseph Love, para quem foi justamente essas manifestações política que migraram para a América Latina a fim de incentivar o desenvolvimento do subcontinente. De certa forma, o pensamento estruturalista latino-americano seria derivado do romeno que havia desenvolvido um grupo de estudiosos industrializantes em face do peso econômico alemão e britânico nos anos 1920 (LOVE, 1998).

Em outra instância, livre-comércio, regimes de desarmamento e de propriedade intelectual, atos vigentes nos anos 1990, poderiam ser interpretados como resultado do esforço que Washington demonstrou para a formação de sistema com teor ideológico; que procurasse expressar a vontade de todos, mas que também defendesse seus interesses. Isso não seria de outra forma quando se verifica o empenho para que se desregulassem mercados financeiros em todo o mundo, alimentando a polaridade “globalização *versus* regulamentação governamental”, sendo a primeira superior à segunda (GOWAN, 2003).

Assim, ascende outra questão que tem de ser verificada. Quais são os elementos que forçam a mudança de sistema internacional, fazendo com que a dinâmica do capitalismo se altere em boa parte dos Estados territoriais? No decorrer deste ensaio houve menção dos fatores militares e tecnológicos que ajudam a impulsionar a transformação sistêmica, desalojando o antigo núcleo coordenador e o substituindo por outro mais hábil. Para Arrighi houve a vez dos Países Baixos, da Inglaterra e a atual representação dos Estados Unidos. E houve concorrentes desse primeiro time que ficaram pelo meio do caminho: Alemanha, imperial ou nazista, e a União Soviética (ARRIGHI, 1996).

Mudança do Centro Dinâmico

Durante os anos 1970 houve quem acreditasse que a ex-União Soviética passaria a ocupar a liderança mundial nos avanços tecnológicos e econômicos, sendo boa parte deles fruto da corrida armamentista que alimentava a indústria nacional e centros de pesquisa, como chegou a pensar Aron (1987). Com a ideia de que os Estados Unidos estavam perdendo fôlego em virtude das crises domésticas, e pelo desgaste da Guerra do Vietnã, Moscou poderia representar a mudança do centro dinâmico da tecnologia. Daí seria um passo para se processar a construção da hegemonia propriamente dita, conforme leitura que havia feito o importante economista maranhense Ignacio Rangel (RANGEL, 1982).

À primeira vista isso poderia ser provocação, já que a ex-União Soviética não se apresentava como ator que primasse pelo capitalismo em toda sua plenitude, visto que seu regime era de planificação econômica. Mas a questão não parece ser tão simples porque, apesar das especificações, o Estado não deixava de exercer algum tipo de “acumulação de capital” e as empresas soviéticas intercambiavam experiências com as da Europa Ocidental.

Sob inspiração de Fernand Braudel Arrighi comenta que não poderia haver capitalismo sem poder estatal; diga-se capitalismo e não economia de mercado, aliás, conceitos antípodas até. Isto porque a criação do capitalismo e sua coordenação seria resultado, antes de tudo, do poder político e não de empreendedores privados (ARRIGHI, 1996)⁹. Por isso, o Estado soviético podia promover algum modelo de economia que fizesse o país candidato a construtor de novo sistema alternativo ao americano.

No entanto, com o fim da atividade soviética o terreno ficou aberto para outros candidatos à liderança do sistema internacional. O Japão que também havia feito promessa de liderança capitalista na mesma época, tentando sorte melhor no aspecto político-estratégico, também não teve dias melhores. Isto porque o primeiro grande teste nipônico para que se encarregasse dos negócios asiáticos durante a década de 1990 não passou pelas dificuldades que haviam sido postas pelos Estados Unidos, a saber, o boicote para se fazer do iene moeda de circulação, ao menos regional, no lugar do dólar (GOWAN, 2003).

Neste aspecto, Rangel entra no debate com instrumento conceitual chamado *ciclos longos de desenvolvimento* baseado no pensamento do economista russo Nicolai Kondratiev – os Ciclos de Kondra-

9 Polaniy também havia escrito que a criação do capitalismo havia sido feita pelos Estados, com grande participação do Estado inglês no século XV bem como dos Países Baixos, a partir do momento em que se confecciona, de início, o mercado doméstico que desconhece a entidade de auto-regulação, mas sim sua ligação com a política (POLANIY, 2000). A existência da economia de mercado é somente um desdobramento do capitalismo. Por capitalismo deve se conceber algo que vai além da propriedade privada. A procura do lucro é um traço central do regime que pode ser buscado pela tradicional empresa privada quanto pela corporação estatal. Por isso que após a Segunda Guerra houve quem pensasse ser a ex-União Soviética um capitalismo de Estado, justificando que suas empresas eram mais estatais que públicas.

tiem que tanta influência deixou não somente no economista brasileiro, mas também no austríaco Joseph Schumpeter que havia teorizado sobre o desenvolvimento do capitalismo e o papel da grande empresa na mudança econômica e tecnológica.

O que isto representa afinal? Na ótica de Rangel, um interprete de Kondratiev, as possibilidades de ascensão de uma potência à categoria de líder do sistema internacional em todos os seus quadrantes, portanto procurando exercer hegemonia, dá-se também pelo avanço tecnológico. Mas não basta somente o Estado candidato direcionar todos seus esforços para que isso ocorra; é necessário que haja mudanças estruturais que ajudem a abertura de portas pelas quais o novo desafiador possa aproveitar para definir novas regras.

Kondratiev havia dividido a evolução econômico-tecnológica em quatro ciclos, sendo cada um deles dividido em duas fases, *A* e *B*. A fase *A* representa crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, a *B* é o momento negativo em que os impactos progressivos deixam de ocorrer em grande monta (RANGEL, 1982). Não há afirmação direta do economista brasileiro de que o candidato à liderança deva tirar proveito da fase *B* do ciclo, em que o antigo centro coordenador perde poder porque sua economia não cresce suficientemente, mas também não existe parecer que negue essa possibilidade.

Ao fazer paralelo com Waltz, é como se cada mudança de fase correspondesse à transformação da estrutura (ou do sistema), decretando o ocaso das antigas grandes potências e abrindo caminho para as novas. Os quatro ciclos de Kondratiev não chegam a constituir uma teoria; é mais uma tipologia para a percepção da realidade com o objetivo de ajudar na ação da elite de Estado. A maneira de apresentar graficamente o esquema do russo:

1º ciclo longo	fase A de 1790 a 1815 fase B de 1815 a 1847
2º ciclo longo	fase A de 1847 a 1873 fase B de 1873 a 1896
3º ciclo longo	fase A de 1896 a 1920 fase B de 1920 a 1948
4º ciclo longo	fase A de 1948 a 1973 fase B de 1973 a ?

Na interpretação das datas acima há como perceber que o ano de 1815 inaugura a hegemonia britânica a partir do momento em que a concorrência francesa de Bonaparte não logra. Contudo, com sua grande Armada e com suporte tecnológico a Grã-Bretanha não somente será o garante do concerto europeu, mas também a fonte financiadora de projetos econômicos pelo mundo. Não seria demais lembrar que foi a partir de 1815 que aceleraram os processos de independência da América Latina. Embora seja, lugar-comum, foi por meio da intermediação de Londres que o Brasil conseguiu constituir sua separação de Portugal ao resolver o problema dos empréstimos nos anos de dom João VI.

Mas também vai de 1815 a 1847, fase *B*, o período em que o Brasil não consegue firmar seu *poder nacional*¹⁰ sobre o qual a independência não evolui satisfatoriamente, uma vez que o Tratado de 1810, Abertura dos Portos, herdado pelo Primeiro Império, empurra para baixo o erário e prejudicava o intento brasileiro de formação de instituições. Isto havia em razão de parte considerável de recursos

10 Variável com o tempo e com autor o poder nacional pode ser compreendido como a organização de instituições nacionais com o fito de obter estabilidade doméstica e inserção nacional de qualidade. Economia dinâmica, forças armadas bem preparadas, tamanho do território etc, concorreriam para esse fim (RODRIGUES *et* SEITENFUS, 1995).

financeiros ser proveniente da taxaço sobre importaçoes, sendo que a maior exportadora para o Brasil, Grã-Bretanha, tinha tratamento preferencial, pagando 15% *ad valorem* enquanto outras naçoes pagavam 25%, inclusive Portugal (RODRIGUES *et* SEITENFUS, 1995).

A fase *A* do segundo ciclo, de 1847 a 1873, marca não somente a expiraço do tratado draconiano de 1810, dando mais fôlego ao erário brasileiro porque aumentava seu caixa agora ao taxar as importaçoes do Reino Unido, mas também à construção do poder nacional, cuja gênese pode ser encontrada na tentativa de industrializaço no Segundo Império por meio da Lei Alves Branco, de 1850, que guardando as devidas proporçoes procurava reproduzir no Brasil a experiência industrial norte-americana, as políticas Alexander Hamilton.

A interpretação acima é apenas uma forma de procurar ligar os ciclos longos de Kondratiev com a história de um dos BRICS e seus avanços e contratemplos. Não cabe neste ensaio esgotar recursos desse tema. No entanto, para desfecho melhor pode-se observar que no final do século XIX e no decorrer do XX houve não apenas os percalços do Brasil, a instituiço da República e sua dificuldade de afirmaço, mas também a passagem do cetro de Londres para Washington que exigia novas posturas do Brasil (CERVO *et* BUENO, 2011).

Muitas maneiras podem ser utilizadas para verificar os meios pelos quais os Estados Unidos ascenderam na cadência do sistema; uma delas é a relação entre poder e energia. Ao considerar que o petróleo é mais eficiente que o carvão mineral e exige mais emprego do poder nacional na economia internacional Daniel Yergin opina que a ascensão norte-americana, como centro dinâmico, corre paralelamente aos avanços tecnológicos que contam com instituiçoes políticas e empreendedores privados e que dão início à existência da moderna grande empresa. Vale dizer, a firma administrada profissionalmente, que se internacionaliza. É nesse âmbito que surge a invenço do motor a explosão, o motor elétrico e as químicas mais avançadas para consolidar o poder americano.

Motor a explosão, movido a petróleo, que na fase *A* do terceiro ciclo, anos 1920, vai acelerar o impacto do petróleo nos Estados Unidos, país que praticamente industrializou esse insumo e o tornou bem de importância internacional. Uma grande Armada movida a óleo combustível, uso intensivo de eletricidade e o aparecimento da empresa S/A não são itens de relevância doméstica ou marginal. Mais do que isso, são efetivamente animadores que a Washington teve para bancar sua liderança (YERGIN, 1994).

A moderna corporaçao nos Estados Unidos se transformou em amplo debate para o desenvolvimento econômico nacional. Com forte colaboraçao dessa instituiço houve salto tecnológico que foi incorporado pelo bloco de poder norte-americano em sua inserço internacional. Não há dúvida de que a grande empresa tem relação de complemento e proveito com o Estado. Esse fato abre debate sobre a relação entre as duas esferas.

De um lado há a opinião de que na era da globalizaço, e tudo que ela implica como a suposta decadência das centralidades estatais, a empresa internacionalizada acaba exercendo locomoço que às vezes supera a autoridade do Estado. Trata-se de opinião que ganha corpo em virtude do rápido avanço tecnológico das firmas, como informática. Neste aspecto emerge a ideia de que empresa nacional e Estado seriam atores sem nenhuma relação.

Todavia, para Susan Strange, é falso o princípio de que a grande empresa prescinde da proteção ou ajuda do Estado. Na verdade, a corporaçao pode se fortalecer e se internacionalizar justamente porque pode contar com o poder político na condição de “abra-alas”, resolvendo problemas de ordem política e jurídica que muitas vezes atrapalham a empresa em ambientes ácidos, em que governos estrangeiros impõem regras duras (STRANGE, 1992). Na economia da energia não é difícil encontrar exemplos de aproximaço entre os assuntos petrolíferos com o núcleo central do poder, e este administrando conflitos em áreas hostis para as petroleiras, como Oriente Médio e Ásia Central.

Mas o debate sobre a grande empresa e sua relação com o Estado não se limita em sua versão

privada aos Estados Unidos e Europa Ocidental. Porventura, se as sociedades anônimas contribuem para melhorar a inserção internacional das unidades políticas, por causa do suporte tecnológico que progride por meio de *destruição criativa*, na assertiva de Schumpeter, é sinal de que elas não devem se limitar somente ao mercado interno, mas se desenvolvem em meio às competições exteriores com ganho de escala (SCHUMPETER, 1984).

No Hemisfério Sul ocorre de haver, mesmo que em número bem reduzido, grandes empresas a exemplo do mundo industrializado. Porém, no aspecto geral, as grandes firmas na América Latina e Ásia (exceto Japão) são filiais de corporações norte-americanas ou europeias. Ao alargar o tema, pode-se dizer que elas são empresas nacionais que se internacionalizam, mantendo pesquisa e desenvolvimento nos Estados de origem. Portanto, não são entidades *transnacionais*, com interesses desligados do lugar de nascimento, mas sim nacionais que se instalam em outros Estados (BATISTA JUNIOR, 1997).

Deste modo, se em boa parte dos Estados em desenvolvimento não se encontra a moderna empresa capitalista nacional passa a ser lícito, então, a presença marcante e crescente do poder público, procurando suprir tal carência e regendo os agentes empreendedores. Com efeito, além do fomento a novos empreendimentos que fossem convenientes a um projeto de desenvolvimento o Estado também trabalharia para a formação de competentes burocracias voltadas para esse fim. Claro, sem ignorar que às vezes funções estatais promovem efeitos contrários aos esperados, sobretudo nas unidades políticas pobres onde mais se necessita de recursos (RUESCHEMEYER *et* EVANS, 2002)¹¹.

Eis a criação da empresa estatal que nos países da periferia faz papel da privada no quesito pesquisa e investimento. A compreensão de empresa estatal não se limita somente à participação do ente público. Há maneiras de se conceber essas companhias, às vezes, com participação do capital privado, pulverizados por meio de ações. O modelo no qual se constrói a estatal varia das condições políticas e econômicas de cada país e do que delas se espera. Talvez o ponto em comum no Hemisfério Sul seja de fazer da empresa do Estado um animador do progresso econômico onde não há atores privados capazes.

BRICS e Desafios do Sistema Internacional

Nesta parte do ensaio é necessária uma explicação com relação ao tema proposto. Esperar que os BRICS, ou um deles isoladamente, venha a assumir a transferência da dinâmica econômica internacional não pode ser algo com data marcada e com certificação. A mudança do centro (ou centros) do capitalismo não deve ser absoluta, ela é relativa à medida que o antigo *locus* consegue resguardar parte de sua antiga preeminência. Além de ser transferência relativa é também retrocedente e, às vezes resistente, uma vez que o líder do momento se esforça para manter seu poder e neutralizar os concorrentes. Pode ocorrer inclusive parceria entre um ator em fase de outono com outro ascendente, o que aconteceu com o Reino Unido e Estados Unidos em 1922.

Apenas como ilustração, o ano de 1922 marca a assinatura de tratado, no âmbito da Liga das Nações, em que Washington e Londres procuraram obter equilíbrio de suas forças navais em uma razão de 5 para 5, para as duas potências, e de 3 para a França. Hans Morgenthau acredita que manter equidade entre as duas primeiras Armadas foi mais uma concessão norte-americana para não perder apoio estratégico britânico do que resultado das condições favoráveis de Londres, já que o fim da Primeira Guerra marca o começo da ascensão dos Estados Unidos como potência global. No entanto, não deixaria de ser pacto proveitoso para o Reino Unido, que desejava ter descanso das guerras (MORGENTHAU, 2002).

11 Os autores relatam que a burocracia "weberiana", governamental, pode revelar grande capacidade de contribuição a um Estado economicamente atrasado ao depender da qualidade política. No entanto, essa mesma burocracia em situações de usurpação revela-se uma usurpadora dos recursos econômicos, vide Zaire dos anos 1990.

Com referência à hegemonia norte-americana, amadurecida após a Segunda Guerra Mundial, não há sinais bastante seguros para concluir automaticamente que o país esteja entrando em ocaso. Por conseguinte, também não é prudente apontar quem será seu substituto; seja um Estado ou um grupo deles. Em Gowan existe o debate sobre os sinais dados pelos Estados Unidos no sistema internacional, de que eles estariam perdendo ímpeto, sendo um dos momentos citados a crise político-econômica que houve em 1973. Mas ao mesmo tempo o autor aponta o poder de renovação que o país tem para somente não superar aqueles impasses, mas também ascender em nível mais elevado, o que acabou acontecendo com a tecnologia e finanças nos anos 1980 (GOWAN, 2003).

Ao voltar a Kondratiev, na leitura de Rangel, o ano de 1973, com o boicote do petróleo, é o ponto de partida da fase *B* do quarto ciclo longo. Encetou-se o prolongado período de crise econômica com alguns momentos de calma para empresários e trabalhadores, cujo desfecho ainda não havia acabado (RANGEL, 1982)¹². Para os adeptos do economista russo a tormenta de há mais de quarenta anos se prolonga até agora, abrindo espaço para a possível ascensão de outra potência – que poderia sair dos BRICS, como a China.

Com efeito, os Estados que chegaram a exercer hegemonia tiveram cooperação entre empreendimento privado e o poder político. Ao depender da situação o Estado sobressaiu, caso do Japão da Restauração Meiji nos anos 1860; em outro modelo houve mais liberdade para o agente privado, como ocorrera na Grã-Bretanha em quase todo o século XIX. Isto significa que as unidades políticas que foram hegemônicas não prescindiram do Estado em suas construções de poder nacional. Preparações contrárias, que condenam o uso da instituição nos países economicamente periféricos, guardam interesses ideológicos a favor dos homônimos do Hemisfério Norte (CHANG, 2004. STIGLITZ, 2003).

É lugar-comum dizer que o avanço econômico e progresso técnico nos países periféricos dependem da articulação entre o Estado e suas instituições. Apenas como ilustração, a fundação do setor siderúrgico, petrolífero e outros foram resultados da ação estatal que procurou “queimar etapas”, usando o caminho denominado *via prussiana*, em alusão ao período Bismarck da Alemanha nos 1860. O debate sobre por que o Estado tomou parte na evolução econômica brasileira, um dos BRICS, é longo. A participação do poder político na formação de setores que necessitam de capital intensivo e conhecimento técnico é algo que não se limita a atitudes paroquiais. Vejamos um caso.

A construção em alto nível do setor elétrico no Brasil serve como análise do papel do Estado. Sem poupança interna suficiente e a inexistência de uma grande classe empresarial, à americana, teve o Estado de assumir planos para que houvesse processo industrializante a partir dos anos 1950. A construção da primeira grande usina hidrelétrica nacional, Paulo Afonso, é exemplar para esta análise. Para o engenheiro que concebeu a concebeu, Marcondes Ferraz, o Brasil não podia crescer sem suporte elétrico suficiente para chamar atraindo investimentos. Mas com os obstáculos sabidos para tal fez o governo Juscelino Kubitschek teve de investir recursos públicos em hidroeletricidade (FERRAZ, 1981).

O raciocínio é automático para outros setores em que não havia interessados por causa de altos riscos ou de ganhos não promissores. O Estado adentra nos assuntos produtivos por dois motivos. Além do mencionado acima, há a razão estratégica que geralmente exige posição de comando e proteção para empreendimentos específicos. No campo da energia esse motivo é mais bem conhecido, inclusive valendo para China e Índia. Ainda que haja correntes contrárias cabe ao Estado defender interesses no além-mar.

Em princípio, houve quem acreditasse na força político-econômica dos grandes produtores de petróleo da OPEP, assunto que diz respeito diretamente aos BRICS, nomeadamente Rússia, pois o assunto

12 Kondratiev morreu em 1938, por isso tem de se dizer que o russo não conheceu o quarto ciclo longo que teve início após a Segunda Guerra Mundial. O quarto ciclo resulta do trabalho de seus seguidores que o interpretam à luz da atualidade. Rangel morreu em 1992 e acreditava que o sistema capitalista ainda estava na fase crítica, em que os contratempos correspondiam ao esgotamento dos anos 1970 (PEREIRA et REGO, 1993).

é regulado no Hemisfério Norte desde os anos 1980¹³. Esse fôlego que teria os Estados petroleiros aconteceria por causa da dependência que os grandes Estados consumidores teriam do produto importado, o que relativizaria a clivagem Norte e Sul. Robert Keohane pensara nesses termos em que a cooperação, o sinal de boa vontade, seria proveitosa para amainar ressentimentos de lado a lado (KEOHANE, 1984).

A relativização do poder das grandes potências em virtude de carburantes importados, em maior ou menor escala, não seria sem propósito, uma vez que a arquitetura econômica internacional estaria moldada na produção em massa e no “desperdício”. Produção em massa, cujo ponto é o barateamento dos produtos para que sua circulação seja rápida e ajude a manter na maneira do possível o pleno emprego – tema caro aos Estados industrializados e motivo de sucessos e derrotas em eleições majoritárias. Pleno emprego e produção de massa que necessitam de regularidade no suprimento cada vez maior de energia, daí a preeminência sobre os países produtores do Sul, visto que não seria salutar abrir mão da *segurança energética* por nada que não fosse ligado diretamente aos interesses prementes dos Estados consumidores (VIDAL et VASCONCELLOS, 1998).

Junto à circulação da produção em massa haveria a companhia do desperdício, razão de ser da economia atual e a preocupação do pleno emprego. Não se trata de crítica moral ao desperdício de matérias-primas e de insumos energéticos em face de grupos ambientalistas que protestam contra o uso maximizado de petróleo. A preeminência do capitalismo passou a se reforçar a partir do instante em que os produtos ganharam praças populares por serem baratos e descartáveis. Celso Furtado havia calculado que o desgaste como adendo à economia de massa chegava a 30% da indústria (FURTADO, 1992).

De outro modo, surge uma questão para Estados que tencionam ascender por meio de insumos naturais. Dizer que as matérias-primas deixaram de ser importantes em face da *revolução tecnológica* dos anos 1970 em diante pode ser falso. É fato que os bens de alto padrão tecnológico sempre foram mais valorizados, valor agregado. Sobre isso não é à toa que houve debates constantes entre os intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e à teoria da dependência, nas versões reformistas e radicais.

Na correlação de forças Norte e Sul houve empenho dos Estados industrializados para derrubar o valor das commodities a partir dos anos 1980, fosse petróleo ou qualquer outra. A partir de arranjos ideológicos houve esforços para que os países periféricos aceitassem a máxima de que as matérias-primas deviam ser depreciadas nos grandes centros internacionais de negociação por causa de sua pouca complexidade e abundância. Isso tudo seria desdobramento daquilo que passou a ser chamado globalização (GOWAN, 2003).

O progresso tecnológico foi, entre outras coisas, o motor de ascensão das grandes potências, dando destaque ao Estado no fomento à pesquisa, sobretudo quando o número de empresas privadas nacionais para esse fim é pequeno. Por isso, os esforços para superar problemas de país periférico são começados pela liderança do ente político por meio de instituições públicas, o que acaba alimentando pressão das organizações financeiras internacionais que fazem “sugestão” para que os governos não façam planos de investimento; que deixem para o mercado a ocupação dessa lacuna (STIGLITZ, 2003).

Pier Labini havia compreendido o porquê da empresa estatal não apenas na Europa Ocidental, mas igualmente nos Estados do Sul. Isto porque o caminho menos áspero seria se o Estado assumisse a parte mais pesada nos temas complexos do desenvolvimento. Concordando que a centralização da autoridade poderia dar mais velocidade às decisões, o economista italiano pensa que a posição de destaque da empresa estatal pode contribuir para o progresso técnico em setores mais exigentes (LABINI, 1986).

Em unidades políticas desprovidas de tecnologia por ausência de recursos intelectuais e econômicos, mas com expresso objetivo de avançar nesse quesito para queimar etapas, tem sido crível encontrar

13 De alguma forma a crise de abastecimento de 1973 foi pedagógica para as potências consumidoras na medida em que elas passaram a negar que os produtores tivessem infra-estrutura e logística apropriadas para o petróleo. Os membros da OPEP deveriam ter somente o óleo, tudo mais deveria ser retirado (BAUTISTA et VASCONCELLOS)

caminhos heterodoxos para se chegar ao objetivo. Pirataria, cópia de produtos importados e engenharia reversa são utilizadas nos países periféricos. Não há necessidade de partir do zero. Assim foi no Japão dos anos 1950 e da mesma forma tem sido com a China. Na verdade, é uma prática que vem desde a imitação inglesa das tecelagens belgas e italianas no século XV (CHANG, 2004).

No cotidiano de alguns BRICS se verifica que a constatação acima pode ser válida, pois a condenação contra práticas que desrespeitam regimes internacionais, contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem caráter mais político do que outro motivo (CHANG, 2004). Não que teria de ser por pirataria o salto de um país, mas Rangel também havia imaginado que para alguns Estados periféricos seria mais econômico adquirir tecnologias já experimentadas, que podem ser úteis para condicionar melhor o salto.

Apesar de um tipo de corrente liberal que ganhou prestígio nos anos 1980 e 1990 foi a atividade estatal que contribuiu para que houvesse avanços tecnológicos em alguns países periféricos, notadamente Brasil, Índia e Coréia do Sul. No âmbito da informática está registrado o papel que o Estado teve no desenvolvimento desse setor, ao trabalhar com empreendimentos privados e chegando a ganhar espaço perante concorrentes mais tradicionais, japonesas e norte-americanas. Para o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer:

“A reserva de mercado da informática causou grande impacto porque mudou a escala. Abriu para um país uma perspectiva de desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e social. Na realidade, a política de informática no Brasil vulgarizou o uso do computador. No início, inteligentemente, nem sequer atingiu a tecnologia em profundidade, porque a luta entre os EUA e o Japão em torno do valor do mercado para os circuitos integrados aviltou o preço da tecnologia a tal ponto que foi mais fácil para o Brasil comprar partes e vulgarizar o uso do computador” (ARCHER, 2006: 181 *in* ROCHA FILHO *et* GARCIA).

Pode ocorrer de a inteligência nacional dar crédito à opinião de pesquisadores internacionais, ligados a importantes centros culturais internacionais que se legitimam por essa característica, ao invés de corroborar a crítica do próprio país de origem. Para quem prefere a primeira via, vejamos pesquisas sobre políticas de desenvolvimento tecnológico em dois BRICS, Brasil e Índia, Peter Evans conclui que houve relevante parceria entre Estado e empresas privadas com o intuito de desenvolver a indústria de informática.

A decadência do setor no Brasil nos anos 1990 não se deu exclusivamente pela qualidade material, em comparação aos computadores importados, mas sim por pressões dos Estados Unidos e organizações internacionais. Ao conseguir minar a pressão externa a Índia conseguiu se firmar como produtora em alto nível de software; já Coréia do Sul e Taiwan avançaram na criação de máquinas de qualidade (EVANS, 2004).

Isso significa que fazer parte dos BRICS não é se afastar de projeto nacional, que passe pelo planejamento estratégico, porque a posição que tais unidades ocupam na estrutura, com Waltz, varia da ascensão como potência média, que deseja mudanças globais, ou ainda que procura defender seus interesses em face de pressões internacionais. Quanto mais alta a posição na estrutura mais possibilidades tem o Estado para fazer mudanças. Esta é a escala que separa o grupo intermediário das outras grandes potências.

Em todo caso, Brasil, Índia, África do Sul e, em parte, China podem constituir grupo de interesse, sob a coordenação BRICS, sobre pesquisa relevante com as condições de contribuir para a posição relativa dos Estados desse arranjo. Um dos elementos com os quais o grupo pode trabalhar com afinco é o álcool combustível, na família dos renováveis. Embora a Rússia possa apresentar desconforto em relação ao assunto, em virtude de ser ela superprodutiva em petróleo, não seria conveniente ela fazer objeções

para que os outros membros aproveitem suas características geográficas para produzir álcool. Em outro diapasão, também seria de suma importância Brasil, Índia, China e África do Sul cooperarem sobre insumo renovável, uma vez que na política mundial da energia esses Estados praticamente não têm condições políticas de alterar as conformações feitas aos interesses das grandes potências; nem mesmo a Rússia poderia fazê-lo.

Não obstante o Brasil esteja mais adiantado nas pesquisas sobre o etanol, especialmente, sua posição não é solitária ao considerar o peso que a política tecnológica norte-americana exerce em temas que lhes dizem respeito, como energia e segurança. Por essa razão pode haver emergência de um grupo que possa angariar programa em comum na pesquisa de novos combustíveis renováveis. Com participação do Brasil, haveria possibilidade de haver parceria com África do Sul, Índia e China. Já foi mencionado que com a Rússia a parceria minguaria em virtude da importância que ela tem para a economia do petróleo e sua participação no fornecimento para continente europeu e asiático.

No parecer de Ignacy Sachs a ciência que trabalha com a biomassa tem corte conceitual diferente. Isto porque a linha tradicional, sob a qual se estabelece a ciência presente em todo o mundo, é resultado do desenvolvimento ocidental. Em outras palavras, o entendimento científico do Hemisfério Sul é resultado da ascensão político-cultural que provem da colonização e da conformação do sistema internacional, ambos de matriz ocidental. Desta forma, fomentar ciência apenas de corte “aplicável” para o mercado e considerar o ambiente somente como reserva de insumos são traços firmes dessa ciência. Segue o autor:

“Para os países tropicais, esta oportunidade (da biomassa na transformação do sistema) é particularmente desafiadora. O Clima tropical, por muito tempo encarado como uma deficiência, desponta agora como uma duradoura vantagem comparativa natural, por permitir produtividade maior que nas zonas temperadas (...). Portanto, os países tropicais, de modo geral, e do Brasil, em particular, têm hoje uma chance de pular etapas (lembrando Rangel) para chegar a uma moderna civilização de biomassa, alcançando uma endógena ‘vitória tripla’ ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002: 34 e 35).

A elevação científica e econômica da biomassa, etanol, é uma das formas de se militar pela transformação, mesmo parcialmente, do sistema internacional, parte substancial dele fincado no uso de hidrocarbonetos. Como hipótese a escalada tecnológica e econômica dos combustíveis renováveis pode apontar o esgotamento da fase *B* do quarto ciclo longo de Kondratiev iniciado em 1973 e ainda não concluído. Por ventura, se a fase *A* começa depois da Segunda Guerra Mundial, confirmando a emergência dos Estados Unidos e a massificação do uso do petróleo, já a fase *B* pode indicar o começo do declínio relativo do poder americano e a gênese de outro sistema, possivelmente baseado em combinação de Estados periféricos, com BRICS, apesar das dificuldades.

Os desafios a uma possível economia internacional da biomassa, conforme os apontamentos de Sachs, são encontrados na *financeirização* do petróleo, quer dizer, na alavancagem de dinheiro que as corporações bancárias, de investimento e de mercado futuro, promovem para adquirir ganhos ao mais alto possível. O lucro da negociação do cru não está na prospecção *in loco*, mas sim nos grandes centros de negociação, como Nova York e Londres (YERGIN, 2014). Com o etanol, por exemplo, seria de outra maneira?

A resposta é conclusiva. O que se pode adiantar é que os biocombustíveis não são afeitos à *financeirização*, semelhantes ao petróleo, em virtude de não ser politizado em aspectos geopolíticos, portanto não dão incentivos a cenários de conflito. A montagem de produção e venda de renováveis não obedece a lógica de preeminência sobre áreas de produção, mas sim a políticas nacionais que devem levar em conta

a relação entre o Estado, as instituições afins, universidades, empresários e agricultores (VIDAL et VASCONCELLOS, 1998).

Porventura, se os BRICS desejam mudanças no sistema internacional, para obter mais voz ao Hemisfério Sul, o trabalho na economia da biomassa pode ser um instrumento para essa alteração, visto que a coluna de sustentação da moderna economia internacional, bastante influenciada pelas grandes potências, continua na exploração de hidrocarbonetos, não obstante avanços tecnológicos na substituição de matérias-primas. Talvez a *energia verde* possa ser o começo de um processo de mudança em área ainda delicada para a política internacional com força de imprimir conflitos no relacionamento Norte e Sul.

Considerações Finais

Ao se verificar a questão energética talvez haja combinação de interesses entre os BRICS com alguns Estados. Brasil, China, Índia e África do Sul teriam condições de tirar proveito da economia dos renováveis e suas especificidades próprias. Por exemplo, o etanol não é geograficamente concentrado nem finito. Por conseguinte, não existe núcleo coordenador sobre a biomassa da mesma forma que há para o petróleo, o complexo Nova York – Londres (Wall Street – City) conforme sugestão crítica de Gowan (GOWAN, 2003).

No decorrer deste ensaio houve o intuito de analisar as razões que promovem a ascensão das grandes potências durante os séculos XIX e XX. Dessa maneira, ficou patente que o Estado, ou grupo deles, que ascende na coordenação do centro dinâmico do capitalismo teria forte possibilidade de também estender sua presença na cultura e tecnologia internacionais. Quer dizer, quem coordena o sistema internacional adentra praticamente em todas as atividades da política internacional, inclusive na energia. Em linhas gerais, o Estado que consegue tais feições torna-se hegemônico por determinado tempo.

Assim se deu com os Países Baixos, com o Reino Unido e com os Estados Unidos. Por outro lado, isso despertou movimento contra-hegemônicos por meio de contestações de potências que queriam fazer a cadência do sistema: França napoleônica, Alemanha Guilhermina e depois nazista e, por fim, União Soviética, cujo programa era heterogêneo. Mas se a história seria um cemitério de aristocracias então chegaria a hora de mudar o sistema internacional, não integralmente, mas ao menos nos itens que tocam mais os interesses de unidades políticas que historicamente foram desalojadas das grandes decisões.

Com a crise econômica de 2008, deixando sequelas na atualidade, passou-se a vislumbrar a escalada de um novo diretório com o poder de modificar o rígido quadro tecnológico, político e econômico. Nisso aparece o grupo BRICS. Torna-se coerente deixar claro que seria apressado, à primeira vista, apostar nesses Estados para que houvesse políticas antissistêmicas, uma vez que seus próprios membros guardam fortes interesses no Hemisfério Norte.

Mas se pensarmos no longo prazo seria lícito imaginar que no âmbito dos BRICS possa haver iniciativas conjuntas para que se modifiquem parcialmente os itens que sustentam o atual sistema internacional. No campo energético (exceto a Rússia) os BRICS podem alterar a política econômica do petróleo, cujo ponto nervoso está no Hemisfério Norte, nas agências internacionais, nos bancos de investimentos e na logística.

A possível cooperação entre os BRICS, mais alguns outros países análogos, poderia ajudar para que houvesse progresso tecnológico a favor do Hemisfério Sul, sobretudo no que tange a criação de riqueza e distribuição de bens. Mesmo que possa ter limites Brasil, Índia, China e África do Sul são unidades com avanços setoriais em tecnologia. A criação de um programa de biocombustíveis seria de grande valia, pois a tecnologia empregada foi gestada em grande parte no Brasil, mas que ainda não esgotou o rol de utilidades desses bens, daí a virtude de haver cooperação com a África Ocidental e Índia.

Por fim, como aponta Vidal et Vasconcellos, se a escalada norte-americana se deu com a explo-

ração do petróleo no século XX e a da Grã-Bretanha com o carvão mineral no século XIX seria, então, possível conceber nova conformação sistêmica em que não haveria um hegemona, conforme seu viúvo pela história, mas sim um diretório, cuja missão mais premente é a reforma das instituições e a elevação do etanol como combustível mundial. Mesmo que haja riscos de avaliação essa tarefa pode caber aos BRICS.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. (1996). **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto.
- ARON, Raymond. (1986). **Paz e Guerra Entre as Nações**. Brasília, Edunb.
- _____; (1987). **Os Últimos Anos do Século**. Rio de Janeiro, Guanabara.
- BATISTA JUNIOR, (1997). Paulo Nogueira. **Mitos da Globalização**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados.
- CARR, Edward. (1981). **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília, Edunb.
- CERVO, Amado Luiz et BUENO, Clodoaldo. (2011). **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, Edunb, 2011.
- CHANG, Ha-Joon. (2004). **Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo, Editora Unesp.
- EVANS, Peter. (2004). **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial**. Rio de Janeiro, editora da UFRJ.
- FERRAZ, Octavio Marcondes. (1981). “Paulo Afonso Evitou Desastre Social no Nordeste”. In MOTTA, Lourenço Dantas (org). **História Viva**. Volume 2. São Paulo, O Estado de S. Paulo.
- FERREIRA, Oliveiros. (1988). **Forças Armadas Para Quê?** São Paulo, GRD editores.
- FURTADO, Celso. (1992). **Brasil: A Construção Interrompida**. São Paulo, Paz e Terra.
- GOWAN, Peter (2003). **A Roleta Global: Uma Aposta Faustina de Washington para Dominar o Mundo**. Rio de Janeiro, Record.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. (2005). “A Biomassa na Transformação do Sistema Internacional”. In **Biomassa & Energia**. Volume 2. Viçosa, Universidade Federal.
- HASLAM, Jonathan. (2006). **A Necessidade é a Maior Virtude: O Pensamento Realista nas Relações Internacionais**. São Paulo, Martins Fontes.
- HURRELL, Andrew. (1995). “O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial”. In **Contexto Internacional**. Volume 17, número 1. Rio de Janeiro, PUC/IRI.
- KENNEDY, Paulo. (1989). **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro, Campus.
- KEOHANE, Robert. (1984). **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. New Jersey, Princeton University Press.
- KISSINGER, Henry. (2007). **Diplomacia**. Lisboa, Gradiva.
- LABINI, Pier. (1986). “Oligopólio e Progresso Técnico”. In **Os Economistas**. São Paulo, Nova Cultural.
- LOVE, Joseph. (1998). **A Formação do Terceiro Mundo: Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS: Brasil, Rússia, China e África do Sul**. Encontrado em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR. Sítio lido a 04/11/2015.
- MORGENTHAU, Hans. (2002). **A Política Entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz**. Brasília, Edunb, 2002.

- MOURA, Gerson. (1980). **Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- PARETO. (1984). *In* RODRIGUES, João Albertino (org). **Pareto**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser et REGO, José Márcio. (1993) “Mestre da Economia Brasileira: Ignacio Rangel”. *In* **Revista de Economia Política**. Volume 13, número 2 (50). Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=253>. Consultado a 03/11/2015.
- POLANYI, Karl. (2000). **A Grande Transformação: As Origens de Nosso tempo**. Rio de Janeiro, Campus.
- RANGEL, Ignacio. (1982). **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ROCHA FILHO, Álvaro et GARCIA, João Carlos Vitor (2006). **Renato Archer: Energia Atômica, Soberania e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Contraponto.
- RODRIGUES, José Honório et SEITENFUS, Ricardo. (1995). **Uma História Diplomática Brasileira: 1531 - 1945**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RUESCHEMEYER, Dietrich et EVANS, Peter. “The State and Economic Transformation: Toward and Analysis of Condition Underlying Effective”. *In* RUESCHEMEYER, Dietrich; EVANS, Peter et SKOPOL, Theda (org). (2002). **Bringin the State Back In**. UK, Cambridge University Press.
- RUGGIE, John. (1995). “International Regimes, Transations and Changes: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order”. *In* KRASNER, Stephen (editor). **International Regimes**. Ithaca, Cornell University Press.
- SACHS, Ignacy. (2002). **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond.
- SCHUMPETER, Joseph. (1984). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Zahar.
- STIGLITZ, Joseph. (2003). **Os Exuberantes Anos 90: Uma Nova Interpretação da Década mais Próspera da História**. São Paulo, Companhia das Letras.
- STRANGE, Susan. (1992). “As Supranacionais e o Estado”. *In* HALL, Michael (org). **Os Estados na História**. São Paulo, Imago.
- VIDAL, Bautista et VASCONCELLOS, Gilberto. (1998). **Poder dos Trópicos: Meditação sobre a Alienação energética na Cultura Nacional**. São Paulo, Casa Amarela.
- WALTZ, Kenneth. (2002). **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa. Gradiva.
- YERGIN, Daniel. (1994). **Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder**. São Paulo, Scritta.
- _____ ; (2014). **A Busca: Energia, Segurança e Reconstrução do Mundo Moderno**. Rio de Janeiro, Intriseca.